

A história da infância: de Santo Agostinho à Rousseau

Resumo: O presente artigo objetiva discutir como o conceito de infância foi se constituindo ao longo da história, no período de Santo Agostinho à Rousseau, a partir de estudos de autores, como Andery, Ariès, Gagnebin, Heywood, Kuhlmann Jr e Fernandes, Oliveira, Rousseau, entre outros, sobre as ideias que perpetuaram o pensamento da infância. Trata-se de uma discussão teórica que problematiza o conceito de infância no bojo da história e do pensamento filosófico, a partir de uma revisão crítica da literatura. A criança que projetamos hoje é fruto das transformações da nossa sociedade. A cada mudança na forma de pensar, agir, na cultura, a criança ganha uma nova imagem, mas esse ganho não elimina as imagens anteriormente construídas. As transformações não acontecem de maneira isolada, e assim também são as representações da infância, que mesmo no movimento histórico de transformação social, ainda traz muitos fragmentos das representações do passado.

Palavras-chave: Infância. Santo Agostinho. Jean Jacques Rousseau. História. Pensamento filosófico.

Bárbara Carvalho Marques

Toledo Lima

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Bolsista CAPES/ Prosup I.
barbara_mt@yahoo.com.br

Heloisa Helena de Oliveira Azevedo

Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Atua na Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
hazevedo@puc-campinas.edu.br

Introdução: o conceito de infância

Século XXI. De qual criança falamos hoje? Como a sociedade atual a concebe? Como formulamos nossa concepção de criança? Há apenas uma maneira de conceber a criança? Todas as crianças vivem sua infância da mesma maneira, em qualquer contexto histórico e cultural?

As questões apontadas nos parecem instigantes e nos servirão como norte de discussão para este artigo, que objetiva refletir, no âmbito da educação infantil, a construção social e histórica da concepção e representação da infância.

Apresentaremos, a seguir, um percurso histórico que remete às mudanças no conceito de infância no período de Santo Agostinho à Rousseau. Trata-se de uma discussão teórica no campo educacional, considerando que sem as referências históricas não seria possível perceber a origem e o movimento de transformação social que provocou as formulações no conceito de infância.

Quando colocamos os questionamentos sobre a representação da infância, a compreendemos como “a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa

fase da vida". (KUHLMANN JÚNIOR; FERNANDES, 2004, p. 15, grifos do autor)

Para os referidos autores, analisar o processo de evolução da representação da infância exige que a entendamos como um objeto histórico. A infância representada por adultos é associada à subdivisão em fases específicas e nela imprime-se também um sentimento.

Dessa forma, o significado de infância estaria também relacionado às transformações pelas quais vivenciam a sociedade. Smolka (2002) afirma que de uma maneira ou de outra, as crianças participam de tudo que vivem, nas relações de seu convívio vão se apropriando das formas de significar essas posições, pois estão imersas nesta prática.

As concepções que temos hoje construídas são, portanto, frutos das transformações da nossa sociedade. A cada mudança na forma de pensar, agir, na cultura da sociedade, muda também nossa maneira de conceber a criança, mas essa mudança não elimina as concepções anteriormente construídas. As transformações na nossa sociedade não acontecem de maneira isolada, e assim também são as concepções sobre a infância, que mesmo no movimento histórico de transformação social, ainda trazem muitos fragmentos das concepções do passado.

Pensando, agora, no conceito de infância, qual origem tem este termo? Em Houaiss, infância (2009, p. 1078-1079) está definida por

1 período de desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento ao início da adolescência; meninice, puerícia. 2 o conjunto de crianças < pouco se faz pela educação da i. > 3 fig. Começo, nascimento (de algo) < a i. da terra > Primeira i. PSIC período da infância que vai de zero a três anos de idade. Segunda i. PSIC período que vai de três a sete anos de idade. Terceira i. PSIC período que vai de sete até o início da adolescência.

Os termos que aparecem no dicionário são "puerícia", "meninice", os quais são resquícios do pensamento da infância no passado.

Kuhlmann Júnior e Fernandes (2004), rastreando as Crônicas de D. João I, de Fernão Lopes, 1990, que reserva o vocabulário da Idade Média europeia, notam que as nomenclaturas que apareciam poderiam relacionar-se ao ciclo da vida humana. Na definição de Hipócrates (400 anos a.C.), Delgado (1998) afirma que na faixa etária dos zero a sete anos, o sujeito era denominado por "bebê",

dos sete aos 14 anos, “criança”, dos 14 ao 21 “adolescente”, dos 21 aos 28 “o jovem”, dos 28 ao 49 “o maduro”, dos 49 ao 56, “o idoso” e acima dos 56 anos, “os anciãos”. Na literatura medieval portuguesa, o rei D. Duarte denominou de “infância” o período até os sete anos, de “puerícia” até os 14, “adolescência” até os 21, “mancebia” até os 50, velhice até os 70, “senyum” até os 80 e “decrepitude” até o final da vida.

Também no mesmo livro de Fernão Lopes, encontra-se a expressão *parvoo*, que é relacionado ao conceito de inocência no período da aprendizagem da fala das crianças de colo. Assim, a palavra “criança” ou “criança pequena” referia-se à fase da gestação ou aos que eram amamentados.

A palavra “menino”, encontrada na mesma obra, referia-se à criança crescida, já com um certo grau de desenvolvimento físico, que poderia ser castigada fisicamente e açoitada. “Moço” poderia tanto significar a criança com menos de um ano, ou a partir de três ou quatro anos, ou ainda com idade próxima de sete anos, em que já poderiam ser presos ou condenados à morte. Também nota-se que a palavra “criança” representava o feto que tem vida, sendo que o mesmo vocabulário também se aferia às crianças que hoje chamamos de “crianças de colo”. Dessa forma, a criança já ganhava sua identidade mesmo antes do seu nascimento.

Observa-se que a maioria dos termos usados nesta época para denominar a criança, ainda permanece na atualidade e também os significados, tão remotos, de conceber as crianças de colo como seres inocentes por apresentarem ausência de fala e as crescidas como as que já poderiam ser castigadas, permanecem, na sua essência, os mesmos.

Antiguidade: os primórdios do conceito de infância

O conceito de infância que hoje temos construído é produto da história da vida sociedades, portanto, permanentemente passível de transformação. Consideramos, pois, que discutir como a criança foi representada em cada época pela sociedade se torna relevante à medida que buscamos entender como atualmente esta a concebe.

A história da infância pode ser contada por linhas e pensamentos diferentes. Gagnebin (2005), para explicar a construção da noção da infância, utilizou a relação entre infância e o pensamento

filosófico. Duas linhas apontaram a exposição da autora, a primeira se referiu à origem platônica, que passou por Santo Agostinho e chegou até o racionalismo cartesiano, revelando a criança como um ser privado da razão, animalesco, egoísta e primitivo. A segunda linha também nasceu em Platão, passou por Montaigne e chegou até Rousseau. Esta, porém, referiu-se à criança como um ser que precisava da alma preparada para que naturalmente se desenvolvesse.

Assim como Gagnebin (2005), acreditamos que o pensamento filosófico e a infância têm ligações privilegiadas, pois a reflexão pedagógica nasce junto da reflexão filosófica. É por este caminho que trilharemos para destacar apontamentos históricos que revelam como foi sendo construído o conceito e a representação que atualmente temos da infância.

A infância de/para Santo Agostinho

A infância, para Santo Agostinho, é considerada brutal e propensa para tornar o homem infinitamente mal. É o símbolo do pecado, que manifesta seus desejos e ódios, mas como é fraca é também impotente. (GAGNEBIN, 2005)

Santo Agostinho foi um filósofo que, segundo Rubano e Moroz (2003), viveu de 354 a 430 e teve sua filosofia voltada para a vida do homem que deveria encaminhar-se para o bem. Este era o conceito de verdade para Santo Agostinho, o que declara sua forte influência ao Neoplatonismo.

Segundo os estudos de Pessanha (1996), o Neoplatonismo de Plotino (205-270) foi a ponte que permitiu Santo Agostinho dar um grande passo na sua vida, pois era uma doutrina capaz de auxiliar a fé cristã a defender-se com argumentos racionais.

Apesar de utilizar-se de argumentos racionais para explicar a fé, Santo Agostinho nem sempre foi visto como um filósofo. A filosofia era para ele “apenas um instrumental auxiliar destinado a um fim que transcende seus próprios limites”. (PESSANHA, 1996, p. 13) E por este motivo, muitos o viam como um místico ou teólogo, ao invés de filósofo. Porém Agostinho conseguiu sistematizar a concepção de mundo, homem e Deus e seu pensamento teve um grande fundamento filosófico.

Através de Plotino, Santo Agostinho conheceu, antes de sua conversão, a concepção de homem de Platão (426-348 a.C.). aproxi-

madamente), que foi fundamental para determiná-lo como um ser pensante. Assim, Agostinho manteve a ideia do domínio da alma sobre o corpo do homem, presente no diálogo “Alcibíades” de Platão.

Essa influência permitiu Santo Agostinho vincular-se a filosofia de Platão. Segundo Gagnebin (2005), Platão viu a criança como ameaçadora, como aquela que precisava ser domesticada segundo normas e regras fundadas na razão. Platão deixou isso bem claro em seus livros da República e na mesma obra, afirmou que a capacidade humana de aprender é inata e universal. Seus escritos dizem também que a criança é um ser privado de fala, isto é, privada de linguagem. Logo, se é privada de linguagem, é também privada da razão, pois não há razão que não se possa explicar em palavras e nem linguagem que não contenha uma racionalidade.

Segundo Pessanha (1996), Agostinho explica como o homem recebe o conhecimento das verdades eternas vindos de Deus através de uma doutrina da iluminação divina, que nada mais é que uma metáfora recebida de Platão na alegoria da caverna, onde mostra que o conhecimento é o resultado do bem que ilumina o mundo.

Os platônicos ensinam que o princípio espiritual de todas as coisas é a causa da sua própria existência e, por conseguinte, todas as verdades seriam verdades porque foram iluminadas pela luz divina. Santo Agostinho enaltece essa ideia e se aproxima de Platão, porém se afasta de suas ideias quando entende “a percepção do inteligível na alma não como descoberta de um conteúdo passado, mas como irradiação divina do presente”. (PESSANHA, 1996, p. 17)

Para Agostinho a alma não passa por um conhecimento anterior, mas a luz de Deus é que atua a todo o momento e possibilita as verdades. Podemos assim dizer, que Santo Agostinho vinculou-se sim à filosofia de Platão, mas quando teve dúvida, preferiu optar pela fé. (PESSANHA, 1996)

Pensando na perspectiva das influências que Santo Agostinho recebeu durante sua trajetória de vida e aprofundando as leituras em seus escritos, podemos perceber alguns motivos aos quais levaram o filósofo da teoria da predestinação a pensar a infância de modo tão pungente.

No Livro I A Infância, presente em Confissões, redigido por volta de 397/398, Santo Agostinho remete-se ao seu passado ao fazer suas verdadeiras confissões à Deus sobre sua infância. Este traz grandes ressentimentos de uma época que de nada se recorda, somente por observar as crianças e ouvir os testemunhos alheios,

se reconhece e vê a imagem daquilo que ele próprio foi e não se lembra, mas que sabe ter sido um grande pecador. Afirma que pecou, contudo, ao chorar pelo desejo do seio de sua mãe. Desejo que afirmou ele se perder com o crescer dos anos, porque “a debilidade dos membros infantis é inocente, mas não a alma das crianças”. (AGOSTINHO, 1996, p. 45)

Lembra-se da época em que começou a falar, dizendo que não foram as pessoas mais velhas que o ensinaram tal habilidade, mas veio da inteligência que Deus o concedeu. Quando foi à escola para aprender a ler e escrever, confessa ter ignorado tudo o que lhes ensinavam, o que parece lhe trazer um grande sentimento de culpa.

Confessa à Deus que não era a memória ou a inteligência que o grande Senhor lhe concedeu que o fizera aproveitar com menos cuidado as lições que lhes exigiam, mas era, contudo, a paixão pelo jogo, pecado que Santo Agostinho confessa como uma manifestação dolorosa que o censura de um ato que afirma total arrependimento.

Declara que pelo amor ao jogo, desobedecia as ordens de seus pais e mestres e pecava contra Deus, pois se deleitava no orgulho da vitória. Pecava porque mentia e enganava, roubava a dispensa de seu pai e também, muitas vezes ganhava os jogos através de fraude.

As lições de aprender a ler e escrever traziam à sua memória o peso e o incomodo de ter que fazê-las, a atividade de contar era para Agostinho, como ele chama de uma “cantinela fastidiosa” e afirma que tal aborrecimento vinha nada menos do pecado e da vaidade da vida.

Nota-se no livro citado, ressentimentos dolorosos que Santo Agostinho teve da sua apartada e pecadora infância. Apresenta incessantes súplicas ao seu Deus para que o perdoasse e mostra a necessidade de eliminar este espírito de culpa perante Deus.

Observamos que conceber a criança como pecadora já não faz parte de nossas concepções. Olhamos para a Santo Agostinho hoje e o que extraímos é o quanto a criança era rejeitada por aquilo que lhe faltava. Mas a concepção da infância como um pecado permaneceu por muito tempo, também, na Idade Média. O retorno ao pensamento filosófico na Antiguidade nos oferece importantes elementos para sua compreensão no decorrer da história. Alguns autores nos mostram, neste próximo item, como era vista a criança na Idade Média e quais as importantes transformações na sociedade que permitiram a mudança na forma de pensar a infância.

A infância na Idade Média

Heywood (2004) nos fornece fontes precisas sobre a história da infância, fazendo um recorte das ideias dos autores que estudaram as concepções de infância desde a Idade Média até os tempos atuais. O autor afirma que a fascinação pelo estudo da infância é recente, pois pouco registro se tem desta época, com exceção do Santo Agostinho e Guibert de Nogent, que apresentaram suas experiências de infância de forma detalhada.

Encontra-se, no século XVIII na Inglaterra, pouca literatura sobre a criança, pois esta era vista como “uma figura marginal em um mundo adulto”. (HEYWOOD, 2004, p. 10)

Para James A. Schultz, por dois mil anos até o século XVIII, as crianças eram subordinadas aos adultos, consideradas deficientes e como adultos imperfeitos, por isso pouco interessava aos escritores medievais. (HEYWOOD, 2004)

Philippe Ariès foi um dos precursores a estudar a história da infância. Em sua obra *História Social da Criança e da Família* (1978), o autor buscou interpretar as sociedades tradicionais ocidentais e o novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades industriais.

Afirmou que “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É [...] provável que não houvesse lugar para a infância neste mundo”. (ARIÈS, 1978, p. 50)

Em suas interpretações, uma das percepções de Ariès (1978) foi que as crianças representadas na Bíblia de São Luis eram caracterizadas, geralmente, por alguém do seu tamanho, não mais do que isso. Afirmou com isso que até o fim do século XIII as crianças não eram representadas por uma expressão particular, apenas reduziam o tamanho de um homem.

Nas artes da maioria das civilizações arcaicas, recusava-se o retrato da aparência de uma criança. A infância era, pois, desconhecida. A imagem da infância não despertava interesse para os homens do século X-XI, não tinha nem mesmo realidade.

Alguns tipos de crianças começaram a surgir no século XIII, um tipo de anjo de traços redondos, grande, já adolescente. Também surgiu um modelo ancestral, o Menino Jesus, que ainda era, no início, representado por um miniadulto.

Por volta dos séculos XV e XVI a criança deixou de ser representada sozinha, passou a se tornar uma personagem frequente de pinturas anedóticas, sendo representada juntamente com a família, no meio do povo, às vezes no colo de sua mãe ou segurada pela mão, entre outras.

Isso sugeriu para o autor duas ideias, a primeira é que a criança estava misturada com os adultos na vida cotidiana e a segunda é a ideia de que os pintores gostavam de representar a criança por sua graciosidade.

No século XV a criança passou a ganhar dois tipos de representação: o retrato e o “putto”, representada nua. Assim, Ariès (1978, p. 56) afirmou que a criança não estava ausente na Idade Média a partir do século XIII, “mas nunca era o modelo de um retrato, de um retrato de uma criança real, tal como ela aparecia num determinado momento de sua vida”

Ariès (1978) acreditava que pelo fato de haver grande número de mortes de crianças na época, as pessoas não podiam se apegar ao que se perdia facilmente. Pensavam, contudo, que a criança não tinha personalidade e como consequência dessa desfavorável demografia, havia uma indiferença muito grande.

Foi quando a criança passou então a ser representada morta. Contudo, no século XVI esse tipo de representação passou a mostrar um certo sentimento pela infância, que não era mais considerada como uma inevitável perda.

Assim, embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. (ARIÈS, 1978, p. 61)

O autor acreditava que essa valorização à personalidade da criança se deu pela cristianização dos costumes da época. A partir do século XVII, os retratos da criança representada sozinha se expandiram e se tornaram comum, mostrando a evolução da primeira infância.

Heywood (2004), contudo, apesar de acreditar que as considerações de Ariès foram importantes para a história da infância, faz uma crítica à sua pesquisa com relação à sua concepção de

infância da Idade Média, principalmente por ter afirmado que o mundo medieval ignorava a criança. O autor afirma que críticos de Ariès o acusaram de ser ingênuo nos tratos das fontes históricas, quando alegou que até o século XII a infância não foi retratada na arte medieval e ninguém se questionava o porquê isso acontecia. Porquanto, o autor afirma que para Anthony Burton, a concentração na religião estava tão evidente na época, que muitas outras coisas ficaram ausentes, o que não significa que a criança esteve ausente de forma significativa.

Mesmo ao retratarem adultos no início da época medieval, os artistas estavam mais preocupados em transmitir o status e a posição de seus retratados do que com a aparência individual. [...] Em suma, Ariès parece pensar que o 'artista pinta aquilo que todos vêem', ignorando todas as questões complexas relacionadas à forma como a realidade é mediada na arte. (HEYWOOD, 2004, p. 25)

Os críticos também apontam para o fato de que Ariès esteve centrado somente no presente, considerando apenas a Europa Ocidental no século XII, e que por não ter encontrado evidências das concepções de infância no determinado período, concluiu que havia uma ausência completa da consciência de infância na civilização medieval. (HEYWOOD, 2004)

Essa tradição mais antiga, em considerar a criança com o pecado original, permaneceu por muito tempo, o que não permitia o predomínio da visão romântica que estava surgindo no século XVIII.

De acordo com Heywood (2004), a historiadora Margaret Ezell defendeu Jonh Locke, que supostamente veio para erradicar a doutrina do pecado original, considerando a criança nem boa nem má. Mas para W. M. Spellman, Locke não escapa de pensar a infância de maneira negativa, dizendo que a criança precisava de ajuda por ser fraca e sofrer de enfermidade natural. Com isso, a reconstrução da infância se deu, de fato, no século XVIII por Jean-Jaques Rousseau, que defendia a forma própria da infância, suas peculiaridades e a inocência de uma criança.

Oliveira (2008) destaca que nos séculos XV e XVI o desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas da época, fizeram com que novas formas de pensar a criança e na sua educação fossem surgindo, partindo agora da ideia do respeito

(1) Segundo Smolka (2002), a passagem do século XVIII para o XIX é marcada pelos modos de comportamento articulados às formas de normalização da infância, que coloca Rousseau como o ilustrador de uma criança com valores a natureza, bondade e inocência.

à natureza infantil. Muitas guerras e conflitos marcavam a sociedade nesta época e com a pobreza, muitas crianças eram vítimas de abandono e maus-tratos.

Com isso foram surgindo atendimentos formais às crianças abandonadas ou filhos de operários das fábricas, fora da família, cujo caráter era filantrópico e as atividades “voltavam-se para o desenvolvimento de bons hábitos de comportamento, a internalização de regras morais e de valores religiosos, além da promoção de rudimentos de instrução” (OLIVEIRA, 2008, p. 60) e isso contribuiu para que se diminuísse o índice de mortalidade infantil da época.

Com a revolução industrial, crescimento da urbanização na Idade Moderna, o desenvolvimento científico e pragmatismo tecnicista na Europa, o pensamento pedagógico foi ganhando uma nova formulação.

A educação passou a ser valorizada para o desenvolvimento social e a criança passou a ganhar importância, pois os adultos passaram a interessar-se pela sua educação. Ela

começou a ser vista como sujeito de necessidade e objeto de expectativas e cuidados, situada em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que tornava a escola [...] um instrumento fundamental. (OLIVEIRA, 2008, p. 62)

Porém, segundo a autora, isso não acontecia com as crianças das camadas populares mais baixas, sua educação era vista ainda como forma de piedade.

Neste cenário, alguns pioneiros da educação pré-escolar procuravam novas formas de uma educação sem punições físicas e o “como ensinar” ganhava uma certa preocupação.

Neste momento a concepção de infância passa a se associar à ideia de inocência, pureza, fragilidade. O olhar assistencialista à criança também começa a florescer.

Segundo Heywood (2004), no século XIX a criança passa a ser estudada por um “olhar” romântico¹ da infância, e apesar de se considerar uma época em que os estudos apresentavam-se em larga escala, as antigas maneiras de se pensar a infância persistiram até o século XX.

Podemos perceber que a tendência romântica que começa então a se expandir está fortemente relacionada às modificações econômicas que ocorreram no cenário europeu. Algumas propostas que consideram a infância como ingênua, pura e natural, começam a surgir nesta época, mas será que tais propostas eram

relativamente novas à sociedade do século XIV? Voltamos então para os estudos de Gagnebin (2005) que coloca a relação entre infância e o pensamento filosófico para explicar a construção da noção de infância.

A primeira linha foi a que nos trouxe Santo Agostinho como protagonista de uma infância egoísta e pecadora. Agora partimos para a segunda linha que se respalda em Rousseau. Importante ressaltar que ambas as linhas, embora pareçam contraditórias, nascem de um mesmo pensador, que é Platão.

A criança em Rousseau

Como vimos nos itens anteriores, os escritos de Platão que se referem à infância, dizem que a criança é um ser privado de fala e, portanto, privada de linguagem. Gagnebin (2005) afirma que se a criança é privada de linguagem, é também privada da razão, pois não há razão que não se possa explicar em palavras e nem linguagem derivada da razão, ambos os conceitos significam o logos.

Para explicar a ausência dessa linguagem, Rousseau a interpretou como um signo que está muito claro em nossa natureza corrupta, pois se esconde na ausência da fala, a nossa familiaridade com o animal. Mas, diferentes deles, nós seres humanos, vamos aprender a falar e a pensar e poder escolher entre o bem e o mal. Pois se nós não desenvolvêssemos a linguagem, poderíamos ser cruéis, mas não pelo mal, pois o bem e o mal são escolhas feitas, portanto, pelo ser dotado de inteligência, razão e linguagem. (GAGNEBIN, 2005)

Como vimos, o pecado, o erro, a ausência de logos (linguagem e razão) marcaram a infância no iluminismo. Caberia então à educação transformar os pequenos egoístas em homens capazes de pensar e agir racionalmente.

Segundo a referida autora, a relação do pensamento filosófico com a infância se constitui através da concepção de natureza e razão. Se até então havia uma confiança no poder da razão e desconfiança da natureza, que é marcada pelo pecado, Rousseau vem para inverter o paradigma, pois com ele, começou-se a confiar na natureza humana e desconfiar da razão.

Dozol (2006) afirma que Rousseau define poeticamente a infância como “aquela em que a razão está dormindo”, apontando para o

reconhecimento da singularidade infantil, o que parecia novidade para época que até então concebia a criança como um miniadulto.

As ideias de Rousseau pareciam relativamente novas para sua época, mas segundo Gagnebin (2005), na época de Platão já desconfiava-se dos profissionais da palavra que usavam a linguagem para seduzir, enganar e confundir, ao invés de usá-la para dizer a verdade. E Platão defendia o discurso da transparência e da verdade, que chamava de filosofia.

O ideário platônico orienta, portanto, a escrita de Rousseau, mas na perspectiva da sinceridade e do sentimento, e não da razão. Em Rousseau, a intensidade do sentimento se opõe ao logos, enquanto que em Platão se propaga ainda a exigência de uma palavra racional. O que garante a veracidade da palavra para Rousseau é a busca da sinceridade radical, do discurso sincero e a expansão dos sentimentos individuais. (GAGNEBIN, 2005)

Dozol (2006) afirma que Rousseau nos mostra um caminho que vai da sensação ao entendimento, limitando o raciocínio, num primeiro momento, ao interesse sensível e transformando-o, gradualmente, ao uso da razão, mas uma razão que aparece como algo pronto e acabado desde o início.

Suas ideias, a respeito da natureza racional, dependem das recorrências da sensibilidade. No momento em que a razão ainda não está consolidada, a criança deve receber as lições da experiência e não as do verbo, ou seja, não se deve apresentar uma linguagem racional à criança que para ela é incompreensível, pois é incapaz de fazer distinção entre o bem e o mal. Rousseau faz, com isso, uma crítica ao ensino formal do seu tempo.

Para ele, a distinção entre o bem e o mal só ocorrerá quando compreendida por uma razão já formada, mas para isso, é preciso a consciência para amar o bem e rejeitar o mal, o que a criança já tem por natureza. Importa, portanto, preservar a criança dos preceitos e prepará-la para chegada lenta da razão.

Por valorizar a natureza, Gagnebin (2005) afirma que Rousseau elabora a teoria da deformação e decadência opostamente à história iluminista, em que a criança não mais precisa tornar-se rapidamente adulta, mas é preciso ajudar seu desenvolvimento harmonioso proveniente de sua maturação natural, dar voz à ela, respeitar a sua natureza infantil.

Dessa forma, para Rousseau não se deve apenas proteger as crianças, mas defendê-la da sociedade adulta, isolando-as e

mantendo-as afastada do mundo artificial da cultura num jardim de infância onde podem se desenvolver de forma natural e harmoniosamente. Também é preciso respeitar o ritmo do crescimento e sua ausência de fala, sem apressar o seu desenvolvimento.

E essa pedagogia, segundo a autora, nos impregna até hoje, uma infância prolongada e adolescência estendida para aqueles que têm o direito a infância. O problema se dá quando a suposta pura criança entra na realidade do adulto, que é dura e cheia de obrigações.

Rousseau idealizou a infância perfeita, como imaginava para Emilio,² que quando cresce sofre apaixonado e infeliz. Mas precisava idealizar uma criança feliz e inocente para acreditar e também fazer seus leitores acreditarem que a inocência da criança garante a transparência e autenticidade do homem adulto. (GAGNEBIN, 2005)

Observamos o quanto Rousseau modificou e influenciou o pensamento da sua época. Se até então a criança já nascia com pecados na sua própria essência, agora ela nascia pura e inocente, mas a sociedade adulta a corrompia e por isso ela precisava se manter afastada e protegida do mundo.

Analisar o pensamento de Rousseau, provavelmente nos levaria à crítica de uma idealização tão ingênua sobre a criança. No entanto, voltamos às questões iniciais deste artigo: “Século XXI. De que criança falamos hoje? Como a sociedade atual a concebe? Como formulamos nossa concepção de criança?”. Será que apesar de já ter se passado quase 300 anos das ideias de Rousseau, ainda não carregamos resquícios de uma infância pura e ingênua por natureza?

Após as mudanças na economia, na política, na cultura, as concepções que temos sobre a criança e sua infância também ganharam novo enfoque, no entanto, apesar do progresso do pensamento sobre elas, percebemos que as ideias “rousseauítas” continuam presente na nossa história, uma herança que se observa, principalmente, nas propostas pedagógicas de instituições de atendimento infantil.

Destacamos, contudo, que a história é regida pela prática social humana e isso explica o porquê carregamos o resquício dessa concepção, mesmo que não de forma totalmente declarada, na contemporaneidade.

(2) Emilio é a criança que nasce na imaginação de Rousseau e cresce de acordo com seus princípios filosóficos. Em 1762 publicou “Emilio ou Da educação” e tratou de uma educação realçada pelos seus encantamentos, aquela que não estragaria o homem, que estaria de acordo com a natureza, evitando sua própria queda no interior de uma sociedade degenerada.

Algumas considerações

Estudar como o conceito de infância foi constituindo-se desde os mais remotos tempos nos ajuda a entender o pensamento da infância na atualidade, uma vez que sua formação é histórica e socialmente construída, a qual se aprimora dos significados das transformações da sociedade e do pensamento humano.

Santo Agostinho viu a criança como ser *animalesco* e imerso ao pecado. Àries, buscando interpretar a sociedade tradicional ocidental e o novo lugar assumido pela criança e pela família nas indústrias, afirmou que até por volta do século XII a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. No século XVIII Rousseau reconstruiu o conceito de infância, defendendo a forma própria da criança, suas peculiaridades e a sua inocência.

Percebe-se que as transformações que foram ocorrendo na sociedade permitiram que sempre novas ideias sobre a infância fossem surgindo, como no século XV e XVI em que o desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas da época, fizeram com que o pensamento pedagógico fosse ganhando uma nova formulação.

Por influência de Rousseau, muitos autores criaram propostas educacionais na Idade Moderna que foram modificando o conceito de infância construído anteriormente na Idade Média. E até hoje, carregamos o resquício desse pensamento.

Como afirmam Kuhlmann Júnior e Fernandes (2004), a sociedade moderna faz a denominação de infância como um conjunto de distribuições sociais, que resultam na inclusão e exclusão de sentimentos por ela.

A infância foi se constituindo historicamente e entendê-la significa compreender como esse conceito foi elaborado pelos primeiros pensadores que se dedicaram ao assunto. Sem essa referência histórica não seria possível perceber a origem e o movimento de transformação social que provocou tais reformulações neste conceito.

The history of childhood: from St. Augustine to Rousseau

Abstract: This article aims to discuss how the concept of childhood was built throughout history, from St. Augustine to Rousseau, based on the writing of authors such as Andery, Ariès, Gagnebin, Heywood, Kuhlmann JR. and Fernandes, Oliveira, Rousseau, among others, about the ideas that perpetuated the childhood thinking. This is a theoretical discussion that questions the concept of childhood in the historical context and philosophical thinking, through a critical review of the literature. The child we have today is the result of the transformation of our society. At each change in the way of thinking, acting, in the culture, the child gains a new image, but this new one does not eliminate the previously built ones. The changes do not happen as an isolated event, and so are the representations of childhood, which even in a historical movement for social transformation still brings many fragments of the representations of the past.

Keywords: Childhood. St. Augustine. Rousseau. History. Philosophical thought.

Referências

AGOSTINHO, Santo. Livro I "A Infância". In: *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Pensadores).

ANDERY, M. A. P. A. et al. O pensamento exige método, o conhecimento depende dele. In: _____. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.

ARIÈS, P. A descoberta da infância. In: _____. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudo e pesquisa em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812007000100013&script=sci_arttext&tlng=es > Acesso em: 04 dez. 2011.

DOZOL, M. de S. *Rousseau - Educação: a máscara e o rosto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GAGNEBIN, J. M. Infância e pensamento. In: GAGNEBIN, J. M. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

HEYWOOD, C. *Uma história da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INFÂNCIA. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KUHLMANN JÚNIOR, M.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. *Educação infantil: fundamentos e métodos* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PESSANHA, J. A. M. Vida e obra. In: AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUBANO, D. R. R.; MOROZ, M. O conhecimento como ato da iluminação divina: Santo Agostinho. In: ANDERY, M. A. P. A. et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003

SMOLKA, A. L. Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JÚNIOR, M. (Org.) *Os intelectuais da história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

Recebido: 26/06/2013 | Aprovado: 13/09/2013

.